

Tecnologia pode dividir ainda mais ricos e pobres

Nos EUA, já existe uma grande distância entre as escolas que usam e as que não usam computador

STEVE LOHR

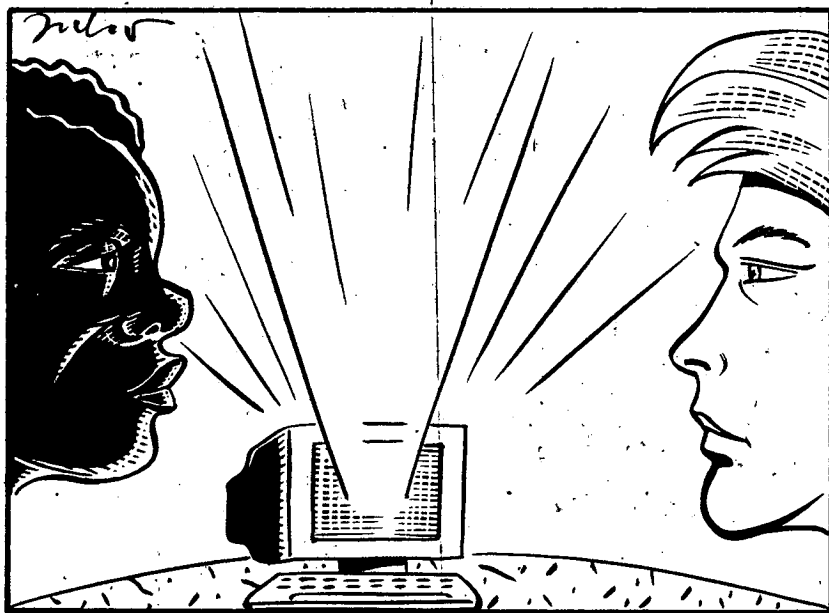
The New York Times

Enquanto os Estados Unidos avançam para a chamada supervia de informação, a administração Clinton é um número cada vez maior de educadores e advogados afirmam que o governo deve garantir o mesmo direito de acesso à tecnologia a ricos e pobres. Segundo eles, se Washington não interferir, o poder da tecnologia poderá aprofundar a divisão entre pobres e ricos nas escolas e em meio à sociedade americana em geral.

Já há uma distância muito grande, por exemplo, entre um estabelecimento como a escola de 2º grau de Lodge Grass, situada em uma reserva de índios no Estado de Montana, e a escola de 2º grau de Glenbrook North, localizada no elegante subúrbio Northbrook, de Chicago. A primeira praticamente não dispõe de dispositivos de alta tecnologia, enquanto a outra é equipada com centenas de computadores pessoais, que permitem aos alunos usar rotineiramente a rede mundial Internet, para acessar bancos de dados como a Biblioteca do Congresso.

Há o receio de que essa distância aumente, a menos que os novos serviços de comunicação digital sejam colocados à disposição, gratuitamente, também das escolas mais pobres e das escolas rurais. Segundo alguns analistas, resta agora saber se os EUA serão uma aristocracia da informática, ou uma democracia digital. "É na área de educação que, como sociedade, poderemos tirar o máximo proveito dessa tecnologia", declarou Reed Hundt, presidente da Comissão Federal de Comunicações.

Isso não significa que a tecnologia seja uma panacéia educacional, ou que dará às escolas mais pobres as



responsáveis pelas diretrizes políticas — segundo os quais, no futuro, as redes de computadores de alta capacidade serão instrumentos tão básicos nas salas de aula quanto os livros de leitura e o quadro negro — defendem a adoção de medidas para que os abastados sejam os usuários preferenciais dessas redes.

Projetos de lei submetidos à Câmara e ao Senado e apoiados pela administração Clinton, estabelecem que as empresas de comunicação deverão permitir que as 110 mil escolas de 1º e 2º graus dos EUA, bem como as 20 mil bibliotecas públicas e universitárias, utilizem as redes interativas, sem grandes custos. Os projetos, que deverão ser votados no Congresso ainda este ano, prevêm a cobrança de taxas módicas pelo uso desses recursos pelas escolas, em troca da desregulamentação do setor de telecomunicações.

A supervia da informação pode ser comparada às atuais redes eletrônicas, porém com desempenho

atual estágio de desenvolvimento, usado na Escola de Glenbrook North. Ela promete dar aos usuários acesso imediato à tudo — do acervo da Biblioteca de Londres aos filmes de Hollywood — e comunicação em vídeo, nos dois sentidos, para peritos de qualquer área.

Evidentemente, a escola suburbana de Chicago leva vantagem nessa corrida para o futuro tecnológico, pois já tem mais de 300 PCs — muitos dos quais são laptops —, que os alunos podem usar na escola ou

em casa. Além de estarem ligados à Internet, esses alunos dispõem de um estúdio de TV equipado com computador. "Essa escola é um verdadeiro modelo de riqueza tecnológica", diz seu consultor de tecnologia, Alan November.

Já a escola de Lodge Grass, cujos alunos vivem em uma região acostumada com o desemprego e a pobreza, está muito atrás. Há três anos, a bibliotecária Vicki Gale tomou a iniciativa de pedir — e conseguiu — uma doação particular, que final-

mente lhe permitiu ter um telefone e um computador pessoal, usados para transmitir e receber mensagens eletrônicas. Depois, a escola comprou mais alguns micros. A modesta conexão de rede de computador de Gale representou um grande avanço, embora só seja usada por meia dúzia de estudantes durante o ano. "Para nós, já é um começo", diz ela.

A questão mais difícil, provavelmente, deverá ser a definição dos preços dos serviços. O projeto de lei diz que as escolas deverão ter taxas "razoáveis" ou "preferenciais", deixando à Comissão Federal de Comunicações a responsabilidade de fixar os valores. Para alguns legisladores e educadores, a palavra "razoável" significa um custo realmente baixo. O deputado Edward Markey, presidente da subcomissão de telecomunicações da Câmara e autor de um projeto de lei sobre a informatização das escolas, diz que os serviços de informação para as salas de aula deveriam custar pouco — por exemplo um penny, que é bem menos do que a taxa cobrada pelos serviços de redes comerciais.

Alguns acham que um penny já seria um preço muito alto. A Fundação Educacional George Lucas, criada pelo cineasta e sem fins lucrativos, recomenda que as empresas ofereçam às escolas, obrigatoriamente, serviços gratuitos de telecomunicações. Mesmo sem essa obrigatoriedade, os estudantes estão sendo iniciados, aos poucos, nas redes de computador. O número de estados que têm algum tipo de rede para a troca eletrônica de mensagens e de informações entre as escolas duplicou desde 1990, chegando a 48, segundo a empresa de consultoria Educorp.

Mas o alcance das redes de tecnologia varia muito. Hoje, elas ainda são usadas esporadicamente na maioria das escolas dos EUA — onde apenas uma entre cada cinco salas de aula dispõe de uma linha telefônica e só uma em cada 25 tem computador com modem para enviar e receber dados.

DIFÍCIL SERÁ
DEFINIR
PREÇOS DE
SERVIÇOS